

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.232 - AM (2019/0075981-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : C B (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por C B (e-STJ fls. 502/530), fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 171):

APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - AUTORIA E MATERIALIDADE - COMPROVAÇÃO - PALAVRA DA VÍTIMA - ESPECIAL RELEVÂNCIA - FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO CIVIL - POSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO VALOR MÍNIMO FIXADO - RAZOABILIDADE - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - DATA DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 54 DO STJ - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A construção prctoriana entende que, nos crimes contra a dignidade sexual, a palavra da vítima possui valor probatório elevado, quando harmonizada com as demais provas dos autos, visto que esses delitos geralmente ocorrem à distância de testemunhas e não deixam vestígios.

2. In casu, autoria e materialidade delitivas do crime de estupro de vulnerável restaram sobejamente comprovadas nos autos, sobretudo pelos relatos da vítima, que foram seguros e coerentes, da fase inquisitorial à judicial, sendo corroborados, ainda, pelas declarações de sua genitora. Por outro lado, a negativa de autoria do réu restou frágil, contraditória e isolada, não encontrando qualquer respaldo no conjunto probatório, pelo que não merece credibilidade.

3. A fixação de valor mínimo para reparação civil dos danos encontra amparo no art. 387, IV do CPP. In casu, embora o dano seja presumido, considerando que não fora possível realizar avaliação psicossocial da vítima, entendo prudente reduzir o valor fixado em primeira instância, franqueando-se ao Juízo Cível, por meio da detida apuração da extensão do dano sofrido pela menor e da capacidade econômico-financeira do apelante, estabelecer, com maior precisão, o quantum efetivamente devido a título de reparação civil.

4. Quanto ao termo inicial de incidência dos juros moratórios, revela-se acertada a posição adotada pela magistrada sentenciante, que, seguindo o firme entendimento perfilhado pelo Superior Tribunal de Justiça, estabeleceu como dies a quo a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ.

5. *Apelação criminal conhecida e parcialmente provida, tão somente para reduzir o valor mínimo devido a título de reparação dos danos morais.*

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação do artigo 387, inciso IV, do CPP. Sustenta a desproporcionalidade no valor fixado à título de indenização por dano moral (R\$ 15.000,00), por ser o acusado necessitado econômico.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 206/215), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 606/607), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ fls. 281/287).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

O Tribunal *a quo*, a partir da análise do caso concreto, reduziu a indenização fixada pelo juízo sentenciante de R\$ 30.000,00 para R\$ 15.000,00, à título de reparação de danos morais sofridos pela vítima, a partir da análise da extensão do dano sofrido pela criança, que à época dos fatos tinha 6 anos, e da capacidade econômica-financeira do envolvido. (e-STJ fls. 176/177).

Ora, revisar o valor fixado a título de danos morais, como requer a parte recorrente, com a conclusão que este encontra-se desproporcional às condições do condenado, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

